A reunião em Paris dos ministros de Economia e Finanças do grupo dos sete países mais ricos do mundo, mas da qual só participaram seis (a Itália bateu a porta recusando avalizar decisões adotadas pelo Grupo dos Cinco na véspera), resolveu estreitar a cooperação existente atualmente para promover a estabilidade das taxas de câmbio nos níveis atuais. Os seis ministros presentes, além dos governadores dos bancos centrais dos respectivos países e o presidente do FMI, Michel Camdessus, estão convencidos de que as paridades atuais devem ser mantidas. Em outras palavras, medidas em comum acordo serão adotadas para sustar a queda do dólar. Apesar dessa manifestação de desejo político, o comunicado final não define iniciativas concretas que poderão ser adotadas a partir de hoje. O resultado mais importante dessa reunião de Paris se limita ao consenso a que chegaram os seis países, de que as paridades atuais entre as principais moedas devem ser mantidas. O comunicado faz alusão a esforços comuns nesse sentido, pois os seis acreditam que novas variações substanciais de suas moedas poderiam comprometer o crescimento e as perspectivas de ajustamento nos seus países.

O comunicado não revela, mas o principal instrumento que os seis deverão utilizar, a partir de hoje, para manter as paridades atuais entre as moedas serão as tradicionais intervenções maciças no mercado, quando o equilíbrio estiver ameçado. Mas, paralelamente, os EUA prometeram combater com maior eficácia seu enorme déficit orçamentário, o Japão reduzir seus impostos e a Alemanha Ocidental o nível atual das taxas de juros.

O encontro de Paris, entretanto, não se limitou a analisar a questão monetária, pois também foi debatido o problema dos países endividados, após a iniciativa brasileira de suspender os pagamentos dos juros de sua dívida. E o ministro de Economia e Finanças da França, Edouardo Balladur, revelou que os países industrializados vão estudar em que medida poderão contribuir para a solução do problema, tendo reafirmado que até agora essas dificuldades que surgem com freqüência e envolve esses países são resolvidas caso por caso.

A decisão do Brasil de suspender os pagamentos de juros de sua dívida externa por tempo indeterminado, além da ameaça da Argentina de seguir o mesmo caminho, relançou o problema da dívida dos países em desenvolvimento que ocupou uma parte das discussões dos representantes dos seis países mais industrializados, reunidos no "Salão Napoleão" no prédio do Louvre, onde está instalado o Ministério da Economia da França. O presidente da reunião, o ministro Edouard Balladur, foi quem confirmou que a situação brasileira foi discutida: "Passamos em revista os principais problemas da economia mundial, inclusive o da dívida externa dos países em desenvolvimento, e, obviamente, o caso brasileiro esteve presente". Indagado se o gesto do governo do Brasil, que eventualmente pode ser seguido por outros países endividados, poderia prejudicar a tentativa de estabilização do dólar norte-americano, o ministro de Economia e Finanças da França afirmou que até agora o Brasil apenas manifestou intenções que ainda não se traduziram em decisões concretas, tendo acrescentado: "Vamos esperar um pouco, mas por enquanto ainda não sei".

Indagado sobre a possibilidade de um encaminhamento global do problema da dívida dos países em desenvolvimento, Edouard Balladur explicou que já há alguns anos se tem, periodicamente, enfrentado dificuldades com países importantes, entre eles o Brasil. E salientou: "Até agora, essas dificuldades têm sido resolvidas caso por caso. O problema do Brasil é mais uma dificuldade importante devido ao papel considerável desse país. Vamos ver em que medida poderemos contribuir para a solução do problema". Tanto o ministro francês quanto os demais, entre eles o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, e o representante alemão, o ministro da economia, M. Stoltemberg, confirmaram que o caso brasileiro foi debatido no contexto da dívida dos países em desenvolvimento, mas todos se mostraram extremamente discretos em seus comentários, pouco adiantando sobre as conseqüências e desdobramentos a curto prazo.

No item oitavo do comunicado divulgado no final da reunião, os ministros constataram que um certo número de novas economias industrializadas desempenham um papel cada dia mais importante no comércio mundial. Essas economias, segundo o comunicado, conheceram um crescimento facilitado pelo acesso a mercados externos abertos e em expansão. Alguns desses países acumularam excedentes comerciais que contribuíram para a configuração de desequilíbrios globais, agravando, dessa forma, as pressões protecionistas. Por essa razão, os ministros consideram que as novas economias industrializadas devem assumir uma responsabilidade maior na preservação do sistema de trocas, reduzindo barreiras comerciais e conduzindo políticas que permitam a suas moedas refletir mais completamente os indicadores econômicos fundamentais. Ora, perguntou-se ao presidente da reunião, o ministro Balladur, se essa não seria uma posição contraditória, pois países como o Brasil, que poderiam se situar entre as novas economias industrializadas, encontravam-se em estado de cessação de pagamentos. O ministro francês explicou que nenhum dos presentes pensou no Brasil quando se produziu essa reflexão, mesmo porque não lhe constava que o Brasil estivesse entre as nações que acumularam recentemente excedentes comerciais.

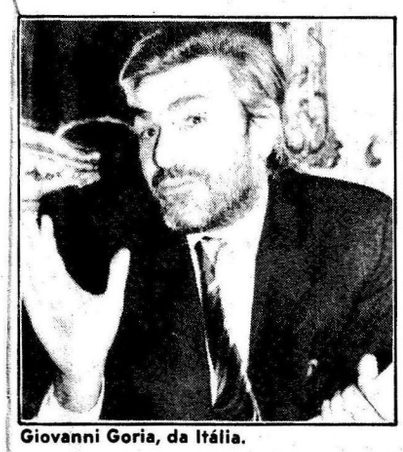
A Itália saiu batendo a porta da reunião. Não aceitou participar do encontro dos sete mais ricos, acreditando que todas as decisões haviam sido acertadas na véspera pelo Grupo dos Cinco, isto é, EUA, Japão, Alemanha Ocidental, França e Grã-Bretanha, portanto sem sua presença e a do Canadá. De nada adiantou a reunião que o ministro italiano, Giovani Goria, manteve à noite, no hotel onde se achava hospedado, com o seu colega francês Edouard Balladur, que pretendeu convencê-lo a participar para não dar a impressão de divisão entre eles. O próprio ministro Balladur explicou que desde o início o ministro italiano estava avisado que a reunião dos sete ocorreria no domingo e que, no sábado, o Grupo dos Cinco se reuniria durante um jantar, sem a presença do Canadá e Itália. As decisões, entretanto, segundo o ministro francês, só foram adotadas na reunião dos seis realizada na manhã de domingo, mas sem a presença do representante italiano, o ministro Giovani Goria.

O incidente provocado pela ausência do representante da Itália poderá prejudicar a próxima reunião de cúpula dos sete países industrializados, com a presença dos chefes de Estado e governantes desses países e marcada para a cidade de Veneza. Ontem, ainda em Paris, numa entrevista na embaixada de seu país, o ministro italiano confirmava os convites para a reunião de cúpula de Veneza, mas lembrava que antes o governo de seu país esperava que o papel dos italianos fosse esclarecido.

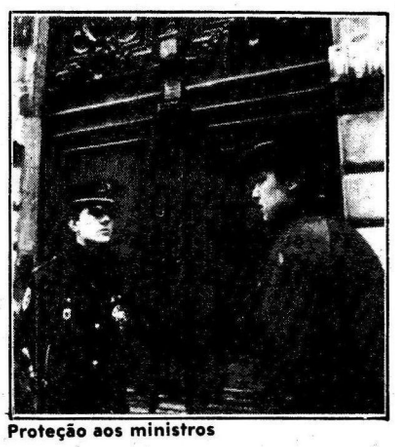
Ontem, na televisão francesa, o embaixador de Ronald Reagan nas Nações Unidas, general Vernon Walters, comentou a crise econômico-financeira do Brasil, lembrando que o problema da colossal dívida dos países em desenvolvimento é da maior gravidade. Explicou que esses países se endividaram dessa forma por livre e espontânea vontade, mas que o mundo industrializado não pode deixar que uma economia como a brasileira, a oitava do mundo, possa entrar em falência. Ele espera que os países e os bancos encontrem uma solução para o problema.

Os ministros das Finanças dos países mais ricos do mundo

Volcker e Baker em Paris



Giovanni Goria, da Itália.



Proteção aos ministros

Os países ricos, preocupados com o Brasil.

Na reunião dos sete industrializados, a moratória brasileira foi o principal assunto. Por Reali Júnior, de Paris.

Como o país "se convidou" para a reunião de Paris

O caso brasileiro, isto é, a decisão do governo de decretar a suspensão do pagamento dos juros da sua dívida externa, foi incluída na agenda da reunião dos sete países mais industrializados do mundo ocidental que se realiza atualmente em Paris, cujo objetivo inicial já era ambicioso — a estabilização do dólar, que se encontra em constante queda desde o final de 1985.

Segundo áreas financeiras francesas, os ministros de Finanças não esperavam tratar do problema brasileiro, mas agora não vão perder a ocasião para consultas mútuas sobre a posição que deverão adotar, pois todos esses países estão envolvidos com a dívida brasileira.

A importância da iniciativa brasileira pode ser medida pela repercussão junto aos meios financeiros de todo o mundo. Ontem, a manchete de **Le Mantin** ilustrava bem essa informação: "O Brasil se convida à reunião dos sete". Com base em informações dos meios bancários franceses, o jornal revelou que a decisão de Brasília de suspender o pagamento dos juros de sua dívida, a maior do mundo, superior a 108 bilhões de dólares, não pode deixar de ser um assunto obrigatório de reflexão dos sete ministros de Finanças reunidos na capital francesa.

Além do caráter "subversivo" para a comunidade financeira internacional, a decisão do Brasil revela as falhas da "gestão concertada" do problema da dívida ou da falência do mundo em desenvolvimento, concordam alguns economistas europeus, segundo revela em editorial o jornal **Le Latin**. Os analistas afirmam que após a crise mexicana, em agosto de 1982, todo o mundo se manteve na expectativa, colocando numa mesma mesa de negociação todos os protagonistas do drama do endividamento que procuravam administrar o que consideravam como uma crise passageira. Na verdade, o que se pretendeu foi administrar, através de artifícios, adiamentos, dinheiro novo, etc. Isto é "empurrar com a barriga" o problema, esperando que os chamados "novos países industrializados" produzissem as riquezas necessárias que os tirassem do buraco.

Essa crítica é feita ao conjunto dos países desenvolvidos, mesmo os Estados Unidos, durante muito tempo favoráveis a esse tipo de política, até admitir que qualquer solução só poderia ser encaminhada desde que todo mundo aceitasse concessões. De um lado, os países devedores restaurando internamente as condições de um crescimento duradouro e são. De outro, os bancos privados aceitando conceder novos créditos e facilidades de pagamentos. Finalmente, o FMI supervisionando, mas não impondo políticas fortemente recessivas a esses países para que pudessem ser preservadas as **chances** de um desenvolvimento rápido e um nível de vida mínimo para as classes mais desfavorecidas.

R.J.

Um telex dá garantia aos credores

O governo brasileiro está garantindo aos bancos estrangeiros que eles não sofrerão nenhuma perda caso aceitem a proposta que está pronto a apresentar para a reestruturação de sua dívida com os bancos comerciais. Essa afirmação está inserida no telex enviado aos bancos estrangeiros explicando as razões pelas quais o governo resolveu suspender o pagamento dos juros da dívida por tempo indeterminado: garantir o crescimento econômico e preservar a democracia. Os detalhes da proposta não são revelados, mas no telex as autoridades brasileiras citam "as perspectivas realistas e a potencialidade do País".

Do telex constam seis itens, nos quais são apresentados todas as justificativas para a iniciativa. Um deles revela que a transferência maciça de divisas para o Exterior, que caracteriza o modelo de reescalonamento aplicado até agora, e cita também a colocação, em conta-corrente no Banco Central, dos depósitos dos juros de longo e médio prazo, em moedas, que constam no contrato. Os pagamentos do principal da dívida de médio e longo prazo, serão mantidos nos mesmos termos e o **spread** e outras condições, serão acertadas durante as negociações. Tudo que for acertado deverá ser retroativo, a partir de janeiro passado.

De uma maneira geral, o tom do telex esta sendo considerado conciliatório, citando o fato de o Brasil não ter recebido nenhum crédito nesses últimos quatro anos e que a iniciativa se tornou indispensável, não apenas pelas altas taxas de juros pagas, mas também pela redução do nível de suas reservas, que ameaçava o seu crescimento econômico.

R.J.